

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: O CONTEXTO E AS QUESTÕES DO SEMINÁRIO

**Epitácio Macário (UECE)**

**Eleria S. do Vale (UECE)**

**Ma. do Socorro C. Maciel (UECE)**

**Felipe A. R. Cavalcante (UECE)**

### **Resumo**

O texto introduz a temática do seminário, apresentando um panorama da crise estrutural do capital, da inserção do Brasil no contexto desta crise e seus rebatimentos sobre os trabalhadores. Apresenta-se ao final a síntese dos textos correspondentes às intervenções dos palestrantes no seminário.

**Palavras-Chave:** Crise, questão social, questão urbana.

### **1. Sobre a crise capitalista: o contexto**

A história do capitalismo no último quartel do Século XX e limiar do Século XXI traz a marca de uma crise caracterizada pela retração dos índices de crescimento econômico experimentados no quartel anterior nas economias centrais; por flutuações das economias nacionais que oscilam entre tímidos índices de recuperação e retrações mais ou menos explosivas, mas mantendo sempre a *contínua depressão* na totalidade da economia mundial; por uma internacionalização da economia comandada pelas grandes corporações do ramo industrial/comercial capitaneadas pelo capital financeiro; pela prevalência econômica dos capitais de caráter rentista.

Estas dinâmicas gerais implicam (e exigem) num conjunto de mudanças no plano interno das empresas e nas relações entre empresas que resultam no que se vem chamando de reestruturação produtiva, movimento que se funda em quatro vetores: i) o advento da

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

microeletrônica substituindo ou combinando-se com a eletromecânica; ii) a instauração de métodos de produção e de organização do trabalho nas empresas, incorporando novas e recuperando velhas formas de exploração das energias físicas e intelectuais do trabalho; iii) os processos de flexibilização material (das plantas industriais e maquinários) e geográfica (a dinâmica de realocização das corporações em vários lugares do globo); e iv) o estabelecimento de uma teia de relações de subcontratação e terceirização entre grandes, médias e pequenas empresas.

No seu conjunto, estas transformações constituem a base das mudanças que transcorrem na esfera estatal, no campo ideológico e político – o neoliberalismo. Noutras palavras, a interconexão dos mercados, a transnacionalização das grandes corporações, o movimento de realocização do capital, a instauração de novos patamares de exploração do trabalho, têm de encontrar seu correspondente no plano superestrutural (jurídico, político e ideológico). O neoliberalismo fornece a resposta para tanto. Ele surge, portanto, como expressão ideológica do movimento que se processa na base da economia mundial, que está a exigir maior liberdade para os agentes que personificam o capital: as empresas privadas. Como tal, ele é um momento ativo das transformações da economia contemporânea na medida em que engendra as condições políticas, ideológicas e sociais de tais desígnios do grande capital. Desta forma, a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo constituem três momentos que se necessitam; trata-se de dinâmicas que guardam especificidades, umas em relação às outras, mas que se interpenetram numa relação de determinação reflexiva.

Não obstante todos os arranjos no plano do mercado mundial e local, no plano das empresas e no campo ideológico, político e institucional, as taxas de crescimento econômico mantêm-se num nível aquém daquele experimentado no interlúdio 1945 – 1973,

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

caracterizando uma longa fase de crise<sup>1</sup>. Assim, se as esperanças de um enfrentamento consequente das sequelas sociais geradas pelo capitalismo contemporâneo vincularem-se ao ideal de crescimento e desenvolvimento – como acreditava e queria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – as tendências atuais são desesperadoras.

Este quadro agrava-se ainda mais pelo fato de que, nas circunstâncias atuais, a acumulação de capital não implica necessariamente em alargamento dos mercados. Há uma tendência ao movimento contrário. Como apontam vários analistas, a estratégia das grandes corporações para expandir seus capitais concentra-se muito mais: a) na disputa pelos mercados existentes, onde sobressaem as práticas das fusões e aquisições; b) no rebaixamento da vida útil das mercadorias e nos investimentos no complexo militar-industrial, constituindo o que Mézáros chama de produção destrutiva<sup>2</sup>; c) na busca de rendas tecnológicas como forma de ocupar posições na imensa feira global; d) e no investimento de natureza rentista e parasitária<sup>3</sup>. Em resumo: o capital se acumula recrudescendo a lei da centralização e concentração, sem gerar desenvolvimento social, ou, em outras palavras, sem distribuir renda ou criar novas unidades produtivas que demandem mão-de-obra à altura da oferta existente.

---

<sup>1</sup> A crise tem se expressado de forma intermitente, encadeando uma série de abalos setoriais (a crise imobiliária nos Estados Unidos) cujas consequências se espraiam para outros quadrantes do tecido econômico. Em dadas circunstâncias, a sincronização de abalos setoriais conduziu a quebras de economias nacionais como foi o caso do México e da Argentina. Esta é uma armadilha que resulta da interconexão dos mercados, este desígnio inerente ao capitalismo que assume forma desenvolvida no atual estágio da história. Em face destes perigos, organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC) são convocados a interferir nas forças cegas do mercado, juntamente com o aparato de força dos Estados Nacionais, para remediar a situação e induzir a criação de solos mais férteis e conjunturas mais seguras para os investimentos e a lucratividade das corporações. Para estes objetivos – que são apresentados como de interesse de toda a humanidade – o Estado é revigorado e convocado não só para arbitrar em favor do mais forte (as empresas transnacionais), mas para investir os fundos públicos na cobertura dos rombos causados pelos chamados agentes econômicos (leia-se: as corporações capitalistas). No pique que a crise alcançou em 2008 as transferências de fundos estatais para salvaguardar bancos, seguradoras e operadoras de crédito diversas alcançaram fabulosas cifras em todo o mundo desenvolvido, incluindo-se o Brasil.

<sup>2</sup> MÉSZÁROS, (2002, mormente os capítulos 15 e 16). Este tese é retomada pelo autor em várias de suas obras, em especial no livro **O desafio e o fardo do tempo histórico** publicado pela mesma editora.

<sup>3</sup> Ver a este respeito a obra coordenada por CHESNAIS (1998).

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A acumulação sem desenvolvimento, como bem chamou o professor Francisco Teixeira, ativa potentes formas de geração de um exército de reserva, expresso nos elevados índices de desemprego de longa duração, e põe em andamento um processo de achatamento dos patamares salariais herdados do keynesianismo/fordismo, precarizando as relações de trabalho e rebaixando as condições gerais de existência das massas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, as empresas exercem forte pressão sobre o aparato estatal no sentido de comprimir as taxas e, inclusive, liberar de impostos alguns tipos de investimentos (como os investimentos financeiros externos que adquirem títulos públicos no Brasil) comprimindo, desta maneira, os fundos estatais que não têm uma magnitude correspondente à escala de mazelas sociais geradas pela forma atual de acumulação capitalista. Além disto, o grande capital tem se apropriado dos fundos públicos de formas variadas com destaque para os casos de socorro dos bancos e seguradoras que quebraram no *crash* de 2008.

Tem-se, portanto, um amálgama de forças que aponta para um horizonte insustentável: um intenso processo de concentração da riqueza/renda e centralização do poder em poucas corporações transnacionais; a expulsão de imensas levadas de trabalhadores para a marginalidade; a precarização das condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras; a retração da arrecadação fiscal sobre os ganhos de capital, principalmente as rendas financeiras, e sobre as grandes fortunas; e a diminuição da capacidade de aporte de recursos estatais para as políticas públicas.

Este é o quadro no qual emergiu a crise no setor imobiliário e financeiro nos Estados Unidos, crise que se espalhou rapidamente para outros setores, a exemplo da indústria automotiva e aeronáutica, plasmando-se por todas as economias desenvolvidas. Assim, o *continuum depressivo*<sup>4</sup> constatado por Mészáros expressou-se, em 2008, sob a forma de

---

<sup>4</sup> Em fins da década de 1980, István Mészáros trabalhava na gigantesca pesquisa que deu origem ao seu livro *Para além do capital*. Àquela época o pensador húngaro descortinava a lógica do chamado “capitalismo

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

depressão violenta, cuja salvaguarda tem sido garantida pela mão visível do Estado através de vultosas quantias para salvar bancos, seguradoras e grandes corporações do setor industrial.

Vivemos, pois, uma quadra da história do capitalismo em que o padrão de acumulação de capital desautoriza a promessa de integração social por via do emprego, do salário, da distribuição de renda e das políticas universais de assistência ao cidadão. A questão social, e no seu interior a problemática urbana, ganha contornos explosivos e dramáticos no capitalismo contemporâneo.

## **2. Brasil: inserção na economia mundial, questão social e urbana**

O Brasil se insere na crise mundial aprofundando uma de suas marcas originárias: a dependência externa. Todavia, no quadrante histórico que vai de fins da década de 1980 até os nossos dias, a integração sócio-subordinada do sistema econômico e instâncias decisórias domésticas ao capital transnacional e aos centros de decisão externos tem sofrido mudanças importantes. Até o fim do milagre brasileiro, em 1974, a dominação externa era compatível com a implementação de políticas macroeconômicas desenvolvimentistas, coordenadas e induzidas pelo Estado nacional. Mas, a partir de finais daquela década, o ordenamento internacional, como acima se delineou em largos traços, já estava a exigir das burguesias sócio-subordinadas a rearticulação do poder estatal no sentido de liberar o máximo possível o

---

organizado” por via da intervenção estatal, demonstrando que as crises haviam adquirido uma nova dinâmica: as grandes tempestades (a exemplo de 1929) teriam dado lugar a precipitações menores, de intensidade e temporalidade diferenciadas daquelas. No entanto, estes solavancos localizados e contínuos iriam resultar, mais ou mais tarde, numa nova tempestade que remexeria a estrutura do capitalismo. Em tom de advertência, diz o autor: “Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma *crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (Mészáros. *op. cit.* p. 697). Que o diga a tempestade no setor imobiliário e financeiro nos anos de 2007/2008 se o pensador tinha razão ou não.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

território local, flexibilizar as barreiras jurídicas e institucionais ao livre trânsito do capital, mormente o financeiro, bem como impunha a restrição do raio de influência das empresas públicas sobre a macroeconomia interna.

Estas exigências do grande capital transnacional e dos centros de poder mundial confrontaram-se, no Brasil, com uma conjuntura assaz contraditória durante a década de 1980. De um lado, havia uma clara identificação das elites locais com o projeto de liberalização acima aludido, consenso que fora articulado já na fase anterior, isto é, no surto desenvolvimentista experimentado na primeira década da ditadura militar cujas bases já haviam sido instauradas no período do governo de Juscelino Kubistchek. A industrialização baseou-se, primeiramente, na acolhida das multinacionais que se instalaram nos setores mais dinâmicos da economia local, criando uma trama de relações com os investimentos internos na qual prevaleciam os interesses do capital estrangeiro. A vinda das multinacionais para o Brasil, como para vários outros países da América Latina que seguiram na mesma direção da dependência externa, respondia pela agregação de demanda às economias centrais, cujos mercados encontravam-se saturados em função do esgotamento do ciclo de crescimento rápido que se seguiu à II Guerra.

Em segundo lugar, o capital financeiro externo respondeu pelo financiamento de grande parte do desenvolvimento industrial nos países periféricos, absorvido sob a forma de empréstimos tomados pelo Estado e por empresas privadas (estes sendo securitizados pelo Estado), inflando o endividamento das nações periféricas e reforçando a dependência destes países em relação aos centros dinâmicos do capitalismo mundial. Por meio do endividamento, parte do capital financeiro represado nas economias centrais (os eurodólares) encontrou as

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

ramificações de demanda e as mediações para a interferência decisiva na dinâmica econômica dos países em desenvolvimento.<sup>5</sup>

Em terceiro lugar, deve-se destacar a intervenção decidida do Estado não apenas como ente público capaz de legitimar o processo de industrialização e mediar os negócios privados de natureza nacional e estrangeira, mas como forte indutor do desenvolvimento, realizando grandes inversões de capitais em setores infraestruturais e estratégicos.

Este tripé respondeu pela rearticulação da forma de dependência, integrando os interesses dos núcleos mais dinâmicos da economia local ao domínio das multinacionais, bem como preparou os dutos por onde escorreriam os fundos financeiros internacionais, que deveriam fincar raízes na economia doméstica e influir decisivamente nas políticas macroeconômicas dos países periféricos dali em diante. A intervenção estatal foi necessária somente enquanto se firmavam as pilastras infraestruturais e político ideológicas do processo de financeirização que se seguiria – e que já era demandado pela lógica dos capitais e centros de poder mundiais. Preparavam-se, desta forma, as bases de uma dependência de novo tipo: que rejeita o Estado como ente investidor, que ataca o monopólio estatal sobre setores estratégicos da economia nacional e que persegue a quebra de quaisquer barreiras restritivas ao livre fluxo de capitais estrangeiros, mormente os de natureza financeira e rentista.

Esta forma de industrialização e desenvolvimento nacional pôs em vida contradições que terminaram opondo fortes resistências ao projeto dominante. A década de 1980 foi pródiga quanto ao surgimento de novos sujeitos políticos no cenário nacional que traziam para

---

<sup>5</sup> Cf. PAULANI, (2008,p. 88): “A industrialização da periferia /.../ responde ao mesmo tempo aos anseios de um capital que buscava novas praças de investimento produtivo, em razão das crescentes dificuldades de valorização observadas no centro do sistema, e aos anseios de uma esfera financeira em vias de expansão e autonomização, que exigia, portanto, não só a expansão dessas praças /.../, mas, principalmente, a canalização de seus fluxos para os mecanismos de valorização que ela própria começara a criar. /.../ enquanto a vinda do capital produtivo para a periferia dava uma sobrevida ao processo de acumulação estritamente produtivo /.../, já se preparavam as condições para a dominância financeira que advinha.”

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

o debate público as condições de superexploração dos trabalhadores e exibiam as faces cruéis do “milagre brasileiro”, que condenava as maiorias a condições subumanas de existência. Vivenciou-se, portanto, uma década durante a qual o sindicalismo urbano e rural ascendeu, os movimentos populares fortaleceram-se na defesa de vários direitos de cidadania e, o mais importante, estas formas de luta lograram certa unidade articulada no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A conjugação destas lutas opôs resistência ao projeto capitaneado pelas elites locais em associação com a burguesia internacional, logrando, inclusive, a conquista de vários direitos e garantias sociais na Constituição de 1988.

As intensas lutas por melhores condições de trabalho, por aumentos salariais, por direitos de cidadania e pela democracia terminaram confluindo para o retardamento das transformações exigidas pelo grande capital. Assim, pois, se as bases do novo tipo de dependência – de dominância financeira, respaldada nas políticas neoliberais – haviam se incrustado nos centros motores da economia e da política locais, elas necessitavam enfrentar as forças populares entrincheiradas nos movimentos sociais, sindical e partidário e a própria Constituição Federal naquilo que representava maior intervenção estatal no mercado e a tessitura dos direitos de bem estar social. Foi isto que aconteceu a partir da década seguinte, iniciando-se com o desditoso governo de Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994), desdobrando-se ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique (1995-1998; 1999-2002), alcançando o período de Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010).

A década de 1990 inicia-se, no Brasil, sob o signo do agravamento da crise econômica, social e política. A evolução do PIB seguiu o mesmo padrão da década anterior, variando entre quedas bruscas e recuperações tímidas de ano a ano. Em verdade, houve um agravamento da situação uma vez que, segundo dados sistematizados por Leda Paulani (2008: 75-76), na década de 1980 o crescimento real acumulado do PIB e do PIB *per capita* fora de 33,47% e 10,13%, respectivamente, contra 19,04% e 1,57% durante a década de 1990. Na



# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

entrada da década, a dívida externa brasileira era da ordem de 124 bilhões de dólares, saltando para 231 bilhões em 2000 (Gonçalves, 2002: 174), enquanto as taxas de inflação atingiam índices alarmantes no final dos 80 e primórdios dos 90. O desemprego aberto evoluiu à média de 5,9% anuais durante toda a década, excluindo-se as formas de subemprego, ocupação ocasional e o desemprego por desalento (*Idem.*). A combinação de recessão econômica, com inflação alta, índices elevados de desemprego, endividamento estatal crescente forneceu as condições sócio históricas para os ajustes na esfera econômica e política.

O desespero que assolava as camadas pobres, desempregados e assalariados que viam sua renda corroída pela inflação somou-se à crise ideológica vivida pelo movimento socialista mundial e especificamente pela esquerda nacional, que passou a adotar uma pragmática guiada unicamente pela busca da conquista do governo central, desarmou as forças do trabalho, abrindo o flanco do movimento social à penetração da ideologia e da pragmática neoliberal. Estas circunstâncias forneceram o terreno e o adubo para o plantio e frutificação, desde baixo, do pensamento único, segundo o qual não existe alternativa viável ao capitalismo e ao mercado. Esta ideologia cumpria dois desígnios: dismantelar e desmoralizar quaisquer formas de contraconsciência de matriz socialista ou de bem estar social (este arrimado no Estado providência) e sedimentar um conjunto de valores coerentes com a plena liberdade para os agentes econômicos privados e com o destroçamento do aparato regulatório cravado na Constituição Federal como resultado do ascenso da luta das massas trabalhadoras.

Nesse quadro, sob a justificativa de conferir dinamismo à economia com sua conseqüente inserção competitiva no mercado mundial – o que resultaria na geração de emprego e renda – e de debelar a inflação, operou-se uma mudança na política econômica substanciada em algumas medidas práticas: i) a abertura do mercado interno aos produtos e capitais estrangeiros; ii) a adoção de políticas de contração da demanda por meio do controle da moeda e do aumento progressivo dos juros básicos da economia; iii) a política de austeridade nos gastos governamentais para acumular *superávits fiscais* que garantiriam o

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

pagamento de juros e serviços da dívida pública; iv) a transferência do patrimônio estatal para a órbita dos negócios privados; v) a flexibilização dos aparatos legais que regulam a entrada e saída de capitais e produtos no território nacional; vi) a desregulamentação das relações entre capital e trabalho, liberando aquele de vários encargos e obrigações sobre a contratação e a demissão de trabalhadores; vii) o favorecimento do investimento capitalista por meio de intervenções na microeconomia como as Parcerias Público Privado (PPPs) e, hoje, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); viii) a implementação de reformas estruturais na esfera administrativa estatal e o desencadeamento das reformas previdenciária, tributária, universitária, trabalhista.<sup>6</sup>

No seu conjunto, estes arranjos engendraram as condições esperadas (e possíveis!) de financiamento da acumulação financeira e puseram em andamento um processo de desnacionalização da base econômica produtiva por meio da entrega das estatais às mega corporações nacionais e transnacionais, bem como pela liberdade concedida ao grande capital de aqui operar sem reservas, o que desencadeou o dismantelamento de cadeias produtivas domésticas e a onda de aquisições e fusões sempre em proveito do grande capital nacional e estrangeiro. Ao mesmo tempo, operou-se uma reestruturação tecnológica e de métodos na base da produção industrial, do comércio e dos serviços que, em parceria com as mudanças no plano jurídico-político, responde pela articulação de novas e potentes formas de exploração de

---

<sup>6</sup> Este conjunto de medidas é parte do que se denominou de neoliberalismo caracterizado assim por SAES, (2001, p. 82): “Será considerada neoliberal toda ação estatal que contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar social (*Welfare State*), de instauração do pleno emprego (*keynesianismo*) e de mediação dos conflitos socioeconômicos”.

Concretamente, esse desmonte passa pela implementação de três políticas estatais específicas. A primeira delas é a *política de privatização* das atividades estatais: não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal etc. A segunda delas é a *política de desregulamentação*: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a *política de abertura da economia ao capital internacional*: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

mais valia absoluta e relativa, fornecendo o lastro real da valorização do capital financeiro de caráter fictício.

Nos anos 1990 operou-se uma mudança na dependência da burguesia nacional e seus mandatários políticos em relação ao grande capital internacional e seus poderosos centros de poder. Até então, alimentava-se em alguns setores do pensamento nacional a tese de que havia certa sincronia entre a associação dependente e o desenvolvimento doméstico, o que faria com que o Brasil entrasse na modernidade. Aventava-se, inclusive, a hipótese de o sócio subordinado se inserir competitivamente nos padrões de concorrência da moderna economia que se ergueu no pós-guerra e encontrava-se em franco processo expansivo na década de 1960. O que se consolidou, porém, foi uma relação servil que já não deixa nenhuma dúvida quanto ao seu caráter deletério para o desenvolvimento doméstico. Leda Paulani (2008: 90 ss) denomina esta nova forma de dependência de *servidão financeira*.<sup>7</sup>

As diretrizes macroestruturais de caráter neoliberal mantiveram-se no alvorecer do novo milênio, embora tenham sofrido um reordenamento no que respeita às políticas de assistência – que têm obtido resultados pontuais na diminuição dos índices de indigência e de pobreza extrema –, nas relações internacionais – quando se evidencia lento deslocamento das transações comerciais para a Europa e Ásia, congelamento da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) e uma relação conciliadora com as repúblicas rebeldes da América Latina, a exemplo da Venezuela e da Bolívia. Observa-se, também, frágil fortalecimento do mercado

---

<sup>7</sup> FIORI, (2001, p. 60), em ensaio de título cáustico – *O cosmopolitismo de cócoras* –, identifica os interesses reais que guiaram a conduta pró-ativa da burguesia local e de seus representantes políticos em relação ao projeto neoliberal. Depois de argumentar sobre o fracasso desse modelo, afirma: “apesar disso, nossas elites econômicas e políticas parecem decididas a seguir em frente por esse caminho. Não – como alguns pensam – por uma questão pura e simples de subserviência frente ao império e sua política de globalização financeira, mas por uma questão de interesses absolutamente concretos, uma vez que na mesma década de 90 – a despeito de que a nação fosse mal – ocorreu um processo gigantesco de expansão e transferência de riqueza privada, especialmente patrimonial, a verdadeira base material e contratual que permitiu o sucesso político da coalizão de governo, na medida em que foi possível premiar quase todas as frações da burguesia brasileira e de suas oligarquias regionais de poder, sobretudo por meio dos processos de privatização”.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

interno por meio de um conjunto de iniciativas como a elevação do salário mínimo em patamares superiores aos reajustes da década de 1990, abertura de linhas de crédito bancário para pequenos empreendedores e programas de apoio à agricultura familiar. Inobstante, não se tomou nenhuma iniciativa que represente rompimento com o modelo econômico neoliberal, nem se perpetrou qualquer reforma de base que significasse mudança de rumos do modelo econômico social brasileiro, a exemplo da reforma agrária que continua irresoluta. Ademais, contamos agora com um agravante na medida em que a crise está sendo administrada por um governo cuja base social repousa exatamente no movimento de massas que ofereceu a resistência ao projeto neoliberal na década de 1980.

Sumariando, pode-se dizer que os ajustes neoliberais resultaram no exato oposto daquilo que prometia a elite nacional para o povo: a questão social tem se agravado, originando situações claras de barbárie social. O processo de favelização dos grandes centros urbanos, a explosão da violência urbana, a manutenção de altos índices de desemprego, o rebaixamento das condições gerais de existência das massas trabalhadoras constituem um amálgama que rebaixa a condições subumanas milhões de pessoas.

### **3. AS QUESTÕES DO SEMINÁRIO**

Em face desta realidade, o seminário do CETROS procurou focar a crise, a questão social e urbana no Brasil, refletindo sobre as seguintes questões:

- a) qual a natureza e a especificidade da crise atual?
- b) Como se configura o processo econômico e político brasileiro no quadro da crise atual?
- c) Qual a relação da questão social e da problemática urbana com o processo de acumulação de capital da forma como se processa atualmente?
- d) Qual o papel da luta de classes no enfrentamento destes problemas?

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Para refletir sobre esta problemática o CETROS convidou intelectuais, professores, militantes sindicais e lideranças de movimentos sociais que fizeram intervenções elucidativas. Apresentamos a seguir uma síntese do material recolhido dos palestrantes.

## 4. APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

O professor Francisco Teixeira abriu o seminário com a conferência “A crise na era da destruição predatória”. O texto busca fundar a teoria da crise nos argumentos do próprio Marx para remetê-la aos problemas do mundo contemporâneo. O autor demonstra como Marx foi capaz de abstrair da forma de produção de mercadorias por ele vivenciada – a grande indústria – as leis do processo de acumulação e crise do capital que continuam válidas até hoje. Não obstante, como o capital é uma contradição em processo, a acumulação engendra, por si mesma, formas novas de encaminhamento de tais contradições, o que quer dizer que as formas de produção de mercadoria vão se transformando ao longo do tempo. Por consequência, a grande indústria cria as condições e a necessidade de uma nova forma de produção e distribuição da riqueza que, não sendo o socialismo, será outra forma de produção de mercadorias. A esta o autor chama de *Cooperação complexa* na qual “cada unidade de produção realiza o que era próprio do movimento social (global) do capital, na medida em que cada forma de existência do capital é, agora, **partição de um mesmo capital individual**, que se divide, sem perder sua unidade, em capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Nesse sentido, a cooperação complexa apresenta-se como uma forma de produção de mercadorias radicalmente diferente da grande indústria, na qual o capital-dinheiro era um negócio particular dos bancos; o capital-produtivo, dos industriais, e o capital-mercadoria, dos comerciantes”.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Esta nova forma de produção de mercadoria esgota as possibilidades de sincronização entre acumulação de capital e desenvolvimento social. Doravante, o processo de acumulação de riqueza tende sempre a gerar uma população excedente (o desemprego estrutural), a concentração e centralização da riqueza. Na era da *cooperação complexa*, as crises assumem uma forma muito mais universal e devastadora de maneira tal que hoje há claros traços de senilidade do sistema do capital como um todo. O autor conclui suas reflexões invocando o Manifesto Comunista para afirmar que “A própria natureza da expansão predatória do capital está, agora, criando uma crise de superprodução planetária de valor, na medida em que vários países da periferia capitalista tornaram-se grandes potências econômicas (como a China, a Rússia, o Brasil e a Índia), e não mais áreas virgens para a exploração e escoamento da produção do centro capitalista, como foi até pouco tempo”. Desta forma, o tipo de crise que se vivencia hoje tem sempre uma natureza global e seus impactos são, também, de ordem planetária o que coloca a necessidade de transformações estruturais em salvaguarda da própria humanidade.

Rodrigo Dantas inicia seu texto retomando o processo histórico que permitiu ao capital deslocar para frente às contradições que se impuseram a partir dos anos 1970. Para ele, a queda do bloco socialista, a incorporação da China e Índia ao circuito da produção e circulação intensiva de capitais constituíram as mediações para tal deslocamento. Juntamente com a abertura destes novos mercados e possibilidades de acumulação, o capital pôs em vida a dinâmica especulativa que resultou numa megabolha de capital fictício equivalente a dez vezes o Produto Interno Bruto (PIB) mundial (600 trilhões de dólares contra 58 trilhões, respectivamente). Estamos diante de uma crise que é “expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobre-excedentes que diariamente circulam nos mercados financeiros de todo o planeta”. Para remediar a situação, será necessário que o capital recomponha a massa de mais valia por meio do aumento da exploração do trabalho, bem como lance mão de parcelas cada vez mais

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

expressivas dos fundos estatais para sua salvaguarda. “Para isso, o capital não tem alternativa senão continuar a fazer o que já vem sendo feito: ‘socializar’ seus prejuízos, sequestrar o Estado para seus próprios fins, ampliar o desemprego, reduzir a massa salarial, aumentar a produtividade do trabalho e empreender os mais duros ataques, as mais pesadas perdas e as maiores derrotas à classe trabalhadora”.

Colocadas as teses a partir da fenomenalidade da crise atual, o autor passa a deslindar os nexos da teoria das crises na perspectiva marxista. Trata-se de repor as pilastras teóricas da crise de superacumulação e, ainda mais, de demonstrar a dialética operante entre a esfera financeira (fictícia ou não) e a base produtiva do sistema. Dantas não tem dúvida quanto à natureza estrutural e clássica da crise, porém adensa uma límpida e bem fundada discussão sobre as especificidades da crise atual, destacando os deslocamentos operados ao nível do mercado mundial (com a incorporação dos mercados acima aludidos), a hipertrofia da esfera financeira e da transferência de fundos públicos para o âmbito corporativo privado. Todavia, estas manobras permitem apenas a fuga para frente das contradições sistêmicas que se repõem em novas situações e de formas mais universais e explosivas.

A busca de expansão da mais valia como elemento fundante do capital e base garantidora de sua reprodução no tempo, conduz à subsunção de todas as formas de vida e produção do Planeta à lógica capitalista. Este processo, entretanto, esbarra em limites: além da luta de classes, os próprios domínios físicos do Planeta e a finitude das matérias primas. Com efeito, afirma o autor “As condições de reprodução indefinidamente ampliada do capital são restringidas, em última análise, pelos limites que lhe são impostos pelas duas únicas fontes de produção de valor e de toda a riqueza socialmente produzida: a natureza e a capacidade de trabalho dos seres humanos. No que diz respeito à natureza, os limites do capitalismo são os limites do planeta: quanto mais estes limites são ativados, mais elevados se tornam os ‘custos’ da natureza e mais restritas as possibilidades de reprodução ampliada do capital. O que aqui está em jogo não é propriamente a viabilidade do capitalismo, mas a

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

sobrevivência da humanidade: na era da produção destrutiva, já deve estar suficientemente claro para todos em que medida a reprodução indefinidamente ampliada do capital representa uma ameaça letal às bases sóciometabólicas mais elementares da existência humana em nosso lar planetário”. O autor adentra, com rigor, os domínios daquilo que hoje se apresenta como uma novidade a que Marx só pôde observar como tendência: a produção predatória que põe em risco o próprio Planeta. A questão ecológica é, assim, incorporada ao arcabouço analítico de Dantas que, com argumentos de sobra, defende que a única alternativa à destruição e à barbárie é o socialismo.

O texto é, portanto, bastante corajoso sem nenhum ranço voluntarista porque a postulação do socialismo não brota como bandeira oca, senão como resultado da análise impetrada em todo o texto, não sem um robusto lastro na própria realidade. De resto, vale salientar, que a escrita de Rodrigo Dantas desenvolve-se como que num fio mediador entre o instrumental teórico fornecido pelo marxismo e as formas fenomênicas de expressão da crise atual, cumprindo, assim, uma urgência dos tempos atuais.

Os dois textos seguintes tratam da mesma problemática: a crise e seus impactos sobre a questão social. Roberto Leher realiza inicialmente uma caracterização da crise capitalista para em seguida, tratar de sua incidência sobre a questão social. Partindo da afirmação irrefutável da crise, o expositor focaliza questões relacionadas à imagem e conceituação da mesma, em particular àquela construída e tornada hegemônica pela ideologia neoliberal a partir dos anos 70. Àquela época, os ideólogos das classes dominantes disseminaram que a crise era devida a intervenção do Estado nos negócios do mercado. Esta visão foi vitoriosa e criou as condições ideais para a implementação das políticas neoliberais. Com relação a crise atual, desencadeada em 2007 e 2008 nos Estados Unidos, mais uma vez os ideólogos dominantes tentam criar a imagem de uma crise devida a irresponsabilidade de alguns financistas, de alguns investidores inescrupulosos. Por isto, Leher reivindica a necessidade de que o pensamento crítico crie e dissemine uma imagem da crise como um pico de uma crise



# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

estrutural que se arrasta desde a década de 1970. A crise atual, para o autor, precisa ser concebida em três eixos: 1) suas bases situam-se na economia real, com impactos sobre o emprego e as condições gerais de existência dos trabalhadores; 2) ela traz graves implicações sobre a produção e distribuição de alimentos e 3) agrava sobremaneira a situação ambiental.

A partir de tais evidências, o expositor desenvolve sua argumentação sobre a atualidade da questão social no eixo de três grandes problemáticas: a) o aprofundamento desmedido da expropriação; b) a expansão do exército industrial de reserva, incluindo os sobrantes e c) a orientação focalista nas políticas sociais.

Em suas considerações finais, Leher aponta a necessidade da educação política das massas, a batalha das idéias na compreensão da dinâmica concreta da luta antissistêmica, para além do marxismo ortodoxo. Por fim, o autor revela seu otimismo com a força do pensamento crítico na América Latina.

Gimaísa Costa examina *a crise capitalista e questão social na contemporaneidade* registrando inicialmente que a questão social, sempre foi tratada pela dimensão política sob o prisma liberal. Desde Marx, entretanto, que se compreende que o pauperismo e as várias formas de expressão da questão social constituem uma realidade incrustada no próprio modo de funcionamento do sistema do capital. São, pois, parte das contradições que marcam o processo de acumulação de capital.

Em sua análise crítica, a expositora enfatiza a questão social tanto como expressão da contradição entre capital e trabalho (extração da mais-valia e apropriação privada dos meios e produtos do trabalho) quanto à própria dinâmica de reações da classe trabalhadora e o desenvolvimento da luta de classes. A partir desta compreensão, a autora localiza os diferentes momentos em que as contradições (expropriação e reação) se movimentam na história, exemplificando o trato da questão social no capitalismo concorrencial (predomínio liberal) e no período seguinte, sob a influência do keynesianismo.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Ao situar as particularidades do período mais recente do capitalismo mundializado, Gilmaísa nos oferece dados sobre o desemprego e apresenta ainda duas tendências contemporâneas na análise da crise: 1) a crise é compreendida como decorrente da reestruturação produtiva, repercutindo sobre o Estado e vida dos trabalhadores. A superação é então indicada pelo retorno da política de intervenção do Estado junto aos direitos sociais. 2) A crise é estrutural e tem conseqüências no metabolismo social como um todo, pondo em risco a própria sobrevivência da sociedade. Inspirando-se em Mészáros, a autora filia-se a segunda vertente do pensamento crítico porque compreende que a crise atinge o capital de forma universal e contínua e não apenas conjunturalmente.

No que diz respeito às refrações da crise sobre a questão social, a autora enfatiza: o desemprego crônico de proporções internacionais, problemas de imigração, deslocamento da pobreza para a periferia do sistema como sintomas que podem aprofundar-se no decorrer da crise atual.

Em suas considerações finais, a expositora denuncia que a superação da pobreza só é possível mediante a tarefa teórico-prática dos homens na luta pela superação da sociedade capitalista como totalidade, remetendo para o processo revolucionário empunhado pelos trabalhadores as possibilidades de superação do atual estado de coisas.

O Professor Eudes Baima tomou parte da mesa “Crise e desafios ao movimento sindical brasileiro”. Preferiu partir de uma temática candente que atravessa todo o movimento sindical brasileiro na atualidade e incide sobre o próprio movimento social na sua totalidade. Trata-se do fato da criação da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS – a partir da decisão de várias organizações dos trabalhadores e populares de deixarem a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Baima é militante desta última e avalia que a criação da nova central peca por dois motivos: por se tratar de divisionismo e porque está embasada numa concepção que dilui a especificidade e centralidade da classe operária no encaminhamento das lutas do trabalho. Para ele, o discurso fundante destas iniciativas “é uma retórica esquerdista que

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

acoberta, de fato, a desconstrução das organizações erguidas pela classe operária e coincidem, embora simetricamente, com aqueles a quem aparentemente se opõem quanto à não essencialidade do trabalho assalariado na existência organizada da classe”.

Para fundamentar sua tese, o autor retoma os estudos de Marx em “Trabalho Assalariado e capital” e em “O capital”, demonstrando que o elemento fundante da classe e das suas organizações é a condição de mercadoria da força de trabalho. É precisamente o duelo em torno do valor da mercadoria força de trabalho que põe de pé as organizações da classe trabalhadora. Com base em Marx, argumenta que é a condição de ser uma mercadoria no processo produtivo e de ser controlada de fora pelo capital que unifica todos os trabalhadores, tornando-os uma classe, cuja situação impinge-lhe a necessidade da luta constante para defender seus interesses. De imediato, estes giram em torno de reivindicações salariais, da diminuição da jornada de trabalho, de melhores condições de trabalho e de vida. Por meio destas lutas, a classe cria organizações que vão além dos interesses econômicos mediando-se com a dimensão política. “É essa questão que funda e que permeia a luta de classes, da mais rotineira greve até a disputa pelo poder de Estado e pela superação do capitalismo no socialismo. É isso que funda tanto a unidade patronal, assentada no contínuo aumento da produtividade e do mais-trabalho, quanto a unidade operária, fincada na luta para impor um limite à jornada, na redução do mais-trabalho e, assim, no alargamento do valor da força de trabalho”.

Demonstrada a tese, Baima parte para a crítica às organizações autodenominadas altermundialistas responsáveis pelos Fóruns Sociais que, segundo acredita, encaixam-se na perspectiva ideológica da Encíclica *Laboren Exercens* de João Paulo II. Nesta, o pontífice renega o caráter de mercadoria da força de trabalho, diluindo, desta forma, o elemento condicional da classe e de suas organizações. A crítica de Baima abraça, também, as organizações que se retiraram da Central Única dos Trabalhadores – CUT – para formar a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS. Para Baima, se é necessário dirigir crítica

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

contundente ao chamado sindicalismo cidadão abraçado no interior da CUT, também é urgente combater o divisionismo em prol de uma central de novo tipo, porque esta opera a diluição do elemento que funda a classe e suas organizações. Textualmente: “Guardadas suas diferenças, tais posições se assentam igualmente no abandono da noção da força de trabalho como mercadoria, todas se abstraem da luta entre os direitos irreconciliáveis acerca da jornada de trabalho, todas ignoram o que funda, na imanência do sistema capitalista, a classe trabalhadora como classe em-si e para-si em oposição ontológica à classe dos capitalistas”.

Fábio Queiroz proferiu uma fala sucinta, precavida, sobre a crise e seus desdobramentos possíveis sobre a universidade brasileira. Adverte de início, que estando tratando de uma conjuntura em movimento, teria que trabalhar com hipóteses. Ele pensa que a crise terá repercussões maiores do que a de 1929 sobre o processo de acumulação de capital e sobre os trabalhadores. Levanta a hipótese de que será uma longa crise clássica de superprodução com possibilidades de caminhar para uma depressão. Ainda que a crise tenha seu epicentro nas economias mais avançadas, ela rebate fortemente nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Não por outro motivo, lá como cá, os governos apressam-se em transferir recursos estatais num montante jamais visto para salvaguardar os lucros do grande capital. A conta da crise normalmente é cobrada dos trabalhadores sob a forma de arrocho em seus salários, retirada de direitos, demissões em massa. Exemplifica fornecendo vários dados sobre demissões nos setores têxteis, calçadista, construção civil e refere-se à batalha dos trabalhadores da EMBRAER contra as 4 mil demissões.

A transferência feita pelos Estados para o capital tem efeitos nefastos sobre o financiamento das políticas públicas e sobre os servidores das três esferas de governo. Os impactos sobre a universidade pública já se fazem sentir sob a forma de cortes nas verbas de custeio, os ataques ao regime de jurídico único e a legitimação das fundações privadas por meio de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU). Queiroz conclui sua intervenção chamando à luta: “Aí se situa, sem embargo, o problema da unidade. Nesse roteiro tortuoso, é

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

indispensável a unidade de todos os que querem lutar por um programa contra as demissões e redução de direitos e salários e que incorpore as demais bandeiras de um programa que enfrente a crise do ponto de vista da classe trabalhadora”.

No texto “Realidade brasileira e movimentos sociais”, o professor doutor Daniel Rodrigues (GEMA/UFPE) debruça-se sobre a evolução histórica dos movimentos sociais brasileiros, desde a década de 1950 até os dias atuais, procurando estabelecer conexões com a crise do presente e apontando perspectivas de unidade em torno das lutas do trabalho contra o capital. Retomando a história, Rodrigues lembra que antes da ditadura militar os movimentos sociais tiveram forte ascensão e direcionavam-se para a perspectiva da classe trabalhadora. As reformas de base foram o elo unificador de vários segmentos sociais organizados, ligados direta ou indiretamente ao trabalho. O golpe de 1964 se fez para barrar e destruir estas experiências. Com a derrota da ditadura, nos anos 1980, os movimentos sociais reascendem ganhando capilaridade e fluidez jamais vistas na história nacional. Entretanto, já se articulava em todo o mundo e na política nacional o projeto neoliberal e sua faceta no campo da teoria política, o pós-modernismo, que resultaram no deslocamento das diretivas do movimento para lutas específicas. A unidade em torno do trabalho e da perspectiva de transformação estrutural da realidade brasileira perdia-se no horizonte e os “novos sujeitos sociais” fragmentaram-se em suas particularidades.

Nas fendas e contradições da realidade brasileira surge, entretanto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, recompondo, novamente, a unidade da organização e ação política de um setor da sociedade com a perspectiva do trabalho e da transformação substantiva da realidade brasileira. Por seu caráter contestador e pela ideologia que o norteia, este movimento passou a ser considerado como criminoso pela imprensa e pelas classes dominantes. Aliás, como caracteriza Daniel Rodrigues, qualquer movimento social que almeje mudanças estruturais é considerado como perigoso e contrário ao fetiche da sociedade pacífica e democrática.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O autor faz ainda uma incursão na história, argumentando sobre o equívoco dos movimentos sociais terem centrado sua atuação na busca da eleição de Lula, como candidato do Partido dos Trabalhadores. Com argúcia, demonstra o processo pelo qual os movimentos foram perdendo a radicalidade e a centralidade nas questões do trabalho, passando a atuar apenas no âmbito da reivindicação e gestão de políticas públicas focalizadas. Sua tese é, pois, de que o governo do PT e de Lula teve um efeito nefasto sobre os movimentos sociais. Na sua visão, é urgente que tais movimentos retomem a centralidade das lutas na questão do trabalho, única forma de selar alguma unidade substantiva com os sindicatos de trabalhadores. Nessa perspectiva, Rodrigues reconhece como possível a unidade da classe na medida em que ela engloba, hoje, não apenas os setores produtivos, mas os improdutivos, alcançando, desta forma, os segmentos sociais organizados em torno de reivindicações específicas. Estes, entretanto, precisam tomar consciência de que a vitória no campo particular está condicionada largamente pelos embates da classe como um todo e pelas transformações estruturais da sociedade brasileira. Nas suas palavras: “No Brasil, o desafio dos movimentos, da vanguarda socialista revolucionária está em resgatar o espírito das necessárias lutas que a classe trabalhadora desenvolveu e pode desenvolver. Denunciar as manobras por parte das classes dominantes e seus governos em quebrar a autonomia organizativa, resgatando a radicalidade necessária que se apresenta para os movimentos em tempos de crise. Construir uma unidade concreta, nas lutas, nos fóruns, nos espaços práticos e teóricos com a finalidade de combater problemas imediatos que surgem, mas também de construir ferramentas práticas e teóricas para a transformação radical da sociedade, uma sociedade socialista”.

Sobre o tema “Realidade brasileira e movimentos sociais urbanos”, Marcos Bentes, Cientista Social pela UECE e liderança do Movimento dos Conselhos Populares – MCP aborda a questão do desemprego, da moradia, da violência urbana e da crise da esquerda. Destaca o desemprego como uma funcionalidade do capital, um elemento que é parte estruturante da lógica de acumulação. No atual contexto de desemprego estrutural, o

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

palestrante coloca uma demanda desafiadora para o movimento dos trabalhadores: como organizar as massas de desempregados crônicos do sistema. Observa, ainda, que o processo de implementação das relações capitalistas no campo, por meio do agronegócio, coloca a população trabalhadora rural em condições precárias e no desemprego, assim como ocorre na cidade grande. No que respeita a moradia urbana, o palestrante chama a atenção para o problema de circulação do capital imobiliário e financeiro que resulta no encarecimento das terras e dos imóveis urbanos, deixando sem acesso grande parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, o problema da falta de moradia e de condições dignas de habitação nas cidades é uma característica inerente à forma de acumulação de capital que privilegia a esfera financeira e especulativa. Com base nesse diagnóstico, lembra-se da necessidade de organização e radicalização da luta dos trabalhadores sem teto. Esta é uma frente de luta que os movimentos urbanos têm de empunhar. Mas, dada sua natureza explosiva, estas lutas são cruelmente reprimidas na atualidade, na medida em que elas põem em xeque a apropriação do solo urbano e outras contradições vividas na cidade e que concernem diretamente à propriedade e à acumulação de riqueza.

A liderança do MCP refere-se, ainda, à violência urbana como uma demanda para os movimentos sociais. Na sua concepção, não se trata de uma questão menor ou que deva ser deixada a cargo do Estado; os trabalhadores têm de procurar resposta para este que é um dos fenômenos mais desafiadores da ordem social contemporânea. Bentes procura mostrar a conexão entre o tráfico de drogas, por exemplo, e o capital financeiro. Enfrentar, pois, esta questão do ponto de vista dos movimentos sociais é confrontar diretamente com a esfera financeira do capital.

O autor finaliza chamando nossa atenção para a crise que se abate sobre a esquerda na atualidade. Observa que parte da esquerda se dispersou e por conta disso vive-se um descenso nas lutas. Por conta disto, entende que um desafio primordial trata da reorganização dos quadros existentes, dos militantes da classe trabalhadora, em torno de uma estratégia em que a

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

classe trabalhadora como um todo seja o sujeito central. Este é um desafio aos movimentos sociais: a necessidade de unificação tendo como centralidade o trabalho e a classe trabalhadora. O sujeito revolucionário é a classe e não pode erguer-se sem tecer a unidade do que hoje se encontra fragmentado.

Por fim, Giovanni Alves e Jeinni Puziol apresentam o texto “As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional – elementos para uma crítica da ideologia da educação profissional disseminada pela UNESCO no Brasil”. Veterano na área da Sociologia do Trabalho, com várias publicações sobre temas correlatos, o eminente professor da UNESP-Marília e sua colaboradora buscam sintetizar as principais transformações que se vem operando no mundo do trabalho, na era da globalização econômica, e elucidar as mediações entre tais mudanças na base econômica e a ideologia subjacente à educação profissional na atualidade. Para tanto, analisam as diretrizes emanadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a educação e a formação profissional, demonstrando a estreita vinculação entre o sistema educacional e a base produtiva da sociedade ou mundo do trabalho.

Acontece que o trabalho na ordem social capitalista é estranhado, alienado, cujas repercussões negativas incidem sobre a objetividade do sistema e sobre a subjetividade dos trabalhadores. Assim, a vinculação direta entre educação e o trabalho estranhado – ao modo como fizeram os teóricos do capital humano na década de 1970 – exhibe um claro interesse de instrumentalização daquela à exploração da classe trabalhadora, isto é, a vinculação da educação com o processo de acumulação de lucros privados. Por isto, os autores afirmam: “As políticas educacionais para o campo profissional legitimam as relações de opressão e opacidade que assolam a vida dos trabalhadores tornando-os coisas por meios do trabalho alienado na sociedade”.

Não obstante, a mesma contradição que permeia a relação capital x trabalho se faz presente na educação, de modo tal que é possível o projeto educacional defendido pelas



# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 – 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

classes dominantes e pelos organismos internacionais (a exemplo da UNESCO) constitui, também, elemento que potencializa aquela contradição basilar. Todavia, a reestruturação da educação e da formação profissional na perspectiva da emancipação do trabalho só pode se dar *pari passu* à transformação estrutural do metabolismo capitalista. “O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, junto à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma *práxis* emancipatória que transcenda a lógica do capital”.

## REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

FIORI, J. L. **Brasil no espaço**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo; LESBAUPIN, Ivo (Org.), et al. **O desmonte da nação**. São Paulo: Vozes, 2002.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAES, D. **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

TEIXEIRA, F. J. S.; FREDERICO, C. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.